

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Maurício Figueiredo Maffei

Perseguindo o gerúndio: diálogos entre Foucault e Skinner

Porto Alegre

2023

Maurício Figueiredo Maffei

Perseguindo o gerúndio: diálogos entre Foucault e Skinner

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Psicólogo.

Orientador: Prof. Luis Artur Costa

Porto Alegre

2023

Agradecimentos

Dedico esse trabalho à minha família. À minha mãe, que me mostrou a sensibilidade da mudança. Ao meu pai, que me mostrou a solidez do trabalho. E ao meu irmão, que me faz querer ser sempre a melhor versão de mim.

Dedico também esse trabalho ao meu falecido tio Rodrigo, que foi meu primeiro professor e quem me ensinou a escutar.

Dedico esse trabalho aos meus amigos do curso de psicologia. Ana, Julia, Jaci, Felipe e Eduardo. Obrigado por me abraçaram por inteiro e mostraram que persistir é sempre o melhor caminho. Por estarem comigo nos momentos difíceis e me permitirem a contradição sem perder o amor.

Agradeço em especial ao meu amigo e colega Eduardo, com quem discuti incessantemente o tema desse trabalho ao longo da graduação.

Agradeço aos meus amigos da vida que me sustentaram durante a pandemia. Foi por reaprender a rir que segui respirando. E se falo de riso, preciso mencionar o Anderson, meu amigo de mais longa data, com quem compartilho a vida desde sempre.

Dedico ainda à Beatriz, que me foi chão e céu durante esse percurso final da graduação.

Dedico ainda ao Luis Arthur, que aceitou me acompanhar nessa bagunça epistêmica. Sou muito grato pelas trocas e pelo carinho no processo de orientação. Agradeço também ao Gibson, que esteve sempre presente ao longo da minha graduação e foi quem mais me ajudou na compreensão do behaviorismo radical.

Por fim, agradeço a todos aqueles que me mostraram que a vida vale a pena.

Resumo

Este trabalho trata da possibilidade de aproximação e diálogo entre dois autores de campos conceituais distintos a partir da ideia de uma ontologia externalista presente em Skinner e Foucault. O objetivo do trabalho é apresentar essa perspectiva ontológica, bem como adensar a discussão entre os autores, pensando nas intersecções e nos limites teóricos entre eles. Analisamos os autores em três eixos: ontológico, epistemológico e ético, atentando ainda para relação das obras com o pragmatismo filosófico. Desta forma, compreende-se que é possível estabelecer um diálogo ontológico entre Skinner e Foucault, tendo em vista um entendimento da subjetividade enquanto um elemento coletivo e externo ao indivíduo. Contudo, há limites epistemológicos e, conseqüentemente, nas perspectivas éticas dos autores.

Palavra-chave: Behaviorismo Radical; Filosofia da Diferença; Sujeito; Ontologia;

Sumário

Introdução	6
1 Dos gregos aos modernos: entre a metafísica e a verdade	8
2 Da filosofia à psicologia: pragmatismo e funcionalismo	12
3 Do pragmatismo ao Behaviorismo Radical	16
4 Entre mãos e máquinas: produzindo subjetividade	23
5 Poder e governo em Foucault	27
6 O que fazer com o que não somos?	31
Conclusão	40
Referências	44

Introdução

Esse trabalho é, antes de tudo, o resultado de ímpeto pessoal e uma tentativa de concatenação de ideias que foram sendo geridas a curtos passos no decorrer da graduação em psicologia. Sendo o campo da ciência psicológica um quadro de quase guerra por recursos, investimentos, cátedras e prestígio, torna-se quase impossível desviar dos conflitos e das discussões entre diferentes vertentes e perspectivas sobre como deve ser a psicologia.

No meio dessas discussões, sempre surgem tendências a amenizar os conflitos: dizer tudo é a mesma coisa dita de formas diferentes; ou mesmo que não há tanta diferença assim entre os campos. Ainda há quem suponha que diferenças epistemológicas e ontológicas não são tão relevantes e que não há problema em misturar teorias sem nenhum critério que não seja o próprio interesse. Nesses processos todos, ainda há interesses financeiros que modulam o debate, que permitem que determinado guarda-chuva conceitual abarque outros, ou que certas perspectivas teóricas sejam rechaçadas por supostas falhas éticas. Esse é um debate denso e não é meu interesse me alongar nele. O cito apenas para dizer que, num primeiro momento, esse trabalho pode parecer mais uma tentativa obtusa de misturar água e óleo. De produzir uma quimera conceitual apenas para fugir das contradições que se materializam nos meus interesses pessoais dentro do campo da psicologia. O trabalho não tem como intenção encerrar qualquer discussão, muito menos abarcar todas as nuances dos autores. Desta forma, esse texto é um ensaio que busca percorrer alguns pontos que considero importantes das obras de Skinner e de Foucault.

Contudo, o caminho é justamente o oposto. Nesse sentido, busco ideias nos dois campos para compor aqui minhas motivações e objetivos, cuja intenção última é produzir um aprofundamento e complexificação sobre meus próprios pressupostos, a fim de fazer ver linhas ainda borradas, limites ainda não desenhados e talvez, se possível, redesenhar algumas fronteiras. Entendo que é necessário a compreensão daquilo que tomamos como pressupostos e balizas para formulação do nosso conhecimento. Esse movimento de clarificação das bases filosóficas que nos sustentam e permitem afirmar verdades dentro de determinados campos parece constituir um elemento central da ideia de crítica (Foucault, 1990).

Sobre esse movimento de repensar seus próprios fundamentos, Kester Carrara (2005), em sua obra “Behaviorismo Radical: crítica e metacrítica”, afirma que os behavioristas, ao longo da história, adotaram uma postura defensiva de rechaço frente às críticas que receberam dos mais diversos campos, inclusive se abstendo de respostas

importantes. Podemos citar aqui como o problema da natureza dos fenômenos cognitivos foi mal trabalhado em Watson, que se absteve da questão, focando numa metodologia que ignorava os fenômenos não observáveis. Além disso, Watson também apresentava pretensões de controle que abrem espaço para críticas sobre a ética e a liberdade dentro da perspectiva do behaviorismo (Carrara, 2005).

É Skinner (1974/2002) quem vai, de certa forma, buscar responder de forma mais sistemática essas questões. O início de sua obra “Sobre o Behaviorismo” é justamente um diálogo aberto sobre pontos que o autor julgava mal compreendidos pelos críticos. Além disso, a cognição é incluída no sistema de pensamento comportamental, gerando uma coesão ontológica monista que compreende que mesmo os fenômenos internos também são comportamentos e estão, portanto, suscetíveis às mesmas leis de aprendizagem. Além disso, o autor despendeu uma boa parte de sua obra ao debate ético e social a partir da análise do comportamento (Skinner, 1948/1972; Skinner, 1971/1983), buscando formas de abordar questões como liberdade, democracia, livre-arbítrio desde sua concepção de sujeito e de ciência.

Contudo, ainda recaem sobre a análise do comportamento e o behaviorismo como um todo, críticas que nem sempre correspondem ao estado mais atual do campo. Esse é mais um motivo que torna relevante o aprofundamento dos debates. Habitar as contradições não é uma tarefa fácil, mas é necessária. Frente a isso, identifico dois pontos centrais a serem discutidos sobre o behaviorismo nesse trabalho: I) a necessidade de uma clarificação sobre a concepção de sujeito com a qual estamos trabalhando e II) a importância de uma resposta sobre as implicações éticas que determinadas concepções de sujeito acarretam.

Pode-se dizer que, de certa forma, a filosofia da diferença tem, em sua multiplicidade, se somado ao corpo crítico da perspectiva comportamental. A possibilidade de uma psicologia baseada em leis de aprendizagem capazes de modificar comportamentos de maneira rigorosa e precisa parece assustadora, quando pensamos em processos de normalização e exclusão promovidos pelo saber psi ao longo da história (Foucault, 1972/2019; 1975/1999). Contudo, quais possibilidades de ação frente ao fato de estamos constantemente sendo modificados pelo nosso ambiente? Foucault é um autor que vai justamente abordar diferentes formas pelas quais nos tornamos sujeitos, ou seja, como a subjetividade é produzida a partir de uma série de dispositivos históricos. Skinner também busca respostas para essas questões, mas chega a respostas diferentes.

Desta forma, surgem algumas perguntas que vão traçar o caminho percorrido neste trabalho. I) É possível pensar numa aproximação entre as concepções ontológicas nas obras de Skinner e de Foucault? Tendo em vista o embate histórico sobre a essência humana, compreendo, de antemão, que ambos autores dão respostas muito particulares a esse debate, rejeitando qualquer possibilidade de essencialismo e de um sujeito constituinte. Para isso, lanço mão da perspectiva filosófica do pragmatismo como um ponto em comum entre os autores, buscando uma análise mais minuciosa sobre as possibilidades de aproximação no que tange uma ontologia em gerúndio. Uma ontologia em que os sujeitos estão sempre em transformação: sempre sendo, nunca são, assim, em definitivo.

Além da concepção de sujeito, cabe um II) exame sobre as diferenças epistemológicas entre os autores. Há uma diferença nítida, já de início, e que justifica, entre outras coisas, a polarização entre esses campos do conhecimento dentro da psicologia. Contudo, é possível se questionar e pensar como duas perspectivas tão distintas do ponto de vista metodológico puderam chegar a conclusões, a princípio, similares na sua visão sobre o sujeito.

Por último, emerge como tema fundamental a ética. Isso é, a resposta que ambos autores vão dar à pergunta “o que fazer?”. Essa parece ser justamente o campo de maior atrito e de onde recaem as maiores críticas ao behaviorismo como um todo. Não é uma discordância metodológica que parece incidir sobre os analistas do comportamento, mas justamente um discordar sobre uma perspectiva ética. Como se o behaviorismo fosse produzir, necessariamente, uma tentativa de controle social a partir da ciência comportamental. Portanto, é interessante III) analisar as propostas que Skinner e que Foucault dão no âmbito da mudança social a partir de uma concepção de sujeito não-essencializado e necessariamente produzido. Quem opera as máquinas? Como operar? Parece ser esse o debate que surge.

1 Dos gregos aos modernos: entre a metafísica e a verdade

A preocupação em definir o que é um sujeito, em tentar dar contornos a uma noção tão difusa quando o “ser”, parece perseguir os humanos história adentro. Essa é uma discussão extensa, de modo que meu intuito não é remontar suas origens, muito menos expor, amiúde, todas as diferentes perspectivas que foram sendo tomadas ao longo do tempo. O objetivo desse trabalho é compreender as possibilidades de diálogo entre Foucault e Skinner com relação às suas perspectivas de sujeito. Desta forma, um breve panorama de como essa

discussão sobre o sujeito aparece na filosofia é importante no sentido de apresentar os pressupostos dos quais ambos autores vão divergir, de um modo ou de outro.

Mesmo que falar dos gregos pareça algo distante, o pensamento ocidental ainda está diretamente relacionado a determinadas tradições filosóficas da antiguidade mediterrânea. Skinner (1971/1983) brinca com a ideia de que “Aristóteles não entenderia uma página sequer de física ou biologia moderna, mas Sócrates e seus discípulos teriam poucas dificuldades em acompanhar a maior parte das discussões atuais sobre os problemas humanos” (p. 11). Diversas teorias desenvolvidas no campo da psicologia podem ser aglutinadas e compreendidas a partir de suas premissas filosóficas.

Na psicologia há uma discussão, por vezes subliminar, que diz respeito a certa cisão mente/corpo. Pode-se dizer que, atualmente, pouco acredita-se em uma separação definitiva entre essas “entidades”, mesmo que ainda existam disputas quanto à relevância de determinados fatores na explicação dos processos psicológicos. Sobre esse campo de debates, é possível visualizar seus contornos já na filosofia grega, especialmente entre perspectivas dualistas e monistas. Essa compreensão dualista de sujeito também vai estar presente na díade razão/experiência, discussão tão cara às ciências humanas em geral.

Remontando os gregos, de forma resumida, Platão compreendia o “ser” enquanto um ente perfeito e que só poderia ser acessado ao buscarmos a pura inteligência, ou seja, a superação, ou controle, daquilo que é da ordem do mundo, do campo dos sentidos (Costa & Fonseca, 2008). Fica nítido, na concepção de Platão, uma separação entre duas categorias ontológicas distintas: o “ser” perfeito, etéreo, em oposição a tudo aquilo que é referente ao corpo e ao sensível. Para atingir essa *verdade*, seria necessária a capacidade de “superar” os estímulos mundanos.

Aristóteles, por outro lado, desenvolve sua compreensão do sujeito/identidade a partir da noção de substância, sendo ela que “garante a univocidade e constância do ser, já que é nesta que todos os acidentes se imprimem para existirem” (Costa & Fonseca, 2018, p. 513). Também é possível identificar em Aristóteles essa separação entre algo que *é* e algo que *está*: a substância e o acidente. Segundo Costa e Fonseca (2008), o filósofo reconhece a importância do sensorial, mas entende que a ontologia dos seres é definida “por sua substância essencial, apartada de tudo que é contingente” (p. 514).

Apesar de serem filósofos da Grécia Antiga, concepções similares a essas, baseadas em dualismos - em definições ontológicas que buscam separar a substância da forma, a razão

dos impulsos e dos sentidos, a mente do corpo -, seguem extremamente enraizadas no pensamento ocidental. Contudo, há uma mudança de perspectiva na Idade Moderna, onde a filosofia metafísica - que buscava a essência das coisas - passa a dar lugar a uma filosofia cada vez mais instrumental (Figueiredo, 2008). Isso não significa dizer que há um abandono das tentativas de determinar uma verdade objetiva, mas que essa discussão se dá por outros caminhos, como as tentativas de delimitação de métodos, abstrações e lógicas que poderiam nos conduzir ao conhecimento verdadeiro. Há todo um esquadramento dos sentidos e da própria razão, circunscritos em uma perspectiva utilitarista do conhecimento.

Tendo isso em vista, Descartes vai propor uma definição do sujeito enquanto sujeito da *razão*. No exemplo da cera, onde não importa a forma que a matéria assuma, ela segue sendo da mesma substância, o filósofo vai retomar a diferenciação entre substância e acidentes, atribuindo ao intelecto, à lógica, a tarefa de “vislumbrar com o entendimento a abstração de sua aparência” (Figueiredo, 2008, p. 514). Se o corpo é divisível e mecânico, este “não pode se constituir como uma fonte de certeza para o conhecimento, dado que se transforma constantemente” (Cardoso Filho, 2016, p. 243). Logo, há a suposição de um ente imutável que possa servir de parâmetro para o conhecimento verdadeiro, uma referência constituída pela alma encarnada na razão. Em Descartes já havia uma noção de que o corpo é uma constante transformação - entendimento que vai ser encontrado tanto em Skinner quanto em Foucault -, mas a questão era outra. Por mudar, era considerado de ordem menor e, portanto, seria necessário buscar alguma entidade metafísica que justificasse e explicasse o mundo.

Francis Bacon vai em uma direção similar a Descartes. Sendo um empirista, o filósofo caminha em busca da evidência a partir daquilo que se observa, mas propõe que o conhecimento verdadeiro seria atingido a partir de certa domesticação e controle das sensações: a produção de uma evidência esterilizada. Há toda uma preocupação na filosofia ocidental na determinação das condições de métodos que tornam possível atingir uma verdade, e mais do que isso, uma preocupação em determinar onde está essa verdade. Além disso, há de se considerar como Descartes e Bacon, na sugestão de um método de ciência, enraízam no ocidente essa concepção de um dentro autônomo, essencializado e iniciador, cuja razão é a promotora do conhecimento. Um dentro que purifica os dados do sentido, tirando a poeira do mundo externo. Um sujeito de dentro para fora, no qual a razão e os desejos não

devem nada ao mundo, mas o contrário. Essa concepção vai ser fundamental na produção do sujeito do liberalismo que iremos explorar mais adiante.

O que quero deixar destacado a partir dessas explicações é como a questão da relação sujeito/mundo/verdade esteve constantemente reiterada no discurso filosófico. A psicologia, por incorporar em si a vontade de compreensão do humano, manteve-se sempre relacionada e em diálogo com o campo da filosofia, custando, inclusive, para se separar dela. Essas aproximações quase sempre acarretam em uma tentativa de delimitar quais elementos são mais *verdadeiros* ou mais adequados para determinada análise. Algumas questões como: Qual a essência humana? Existe uma essência? Qual é o objeto do conhecimento psicológico e como acessar esse objeto?, nos ajudam a resumir qual o teor dessas discussões. Tentando responder essas perguntas, existiriam ainda muitas outras perspectivas que poderiam ser exploradas aqui, mas o interesse é expor, justamente, uma certa dicotomia no que tange à compreensão da subjetividade e da sua relação com o mundo. Nesse sentido, Costa e Fonseca (2008) propõem uma divisão didática entre 1) aqueles que entendem a consciência/identidade como um atributo interior, privado e 2) aquelas que compreendem a subjetividade enquanto uma rede de exterioridades que extrapolam a própria noção de indivíduo. Desta forma, entendo que tanto Skinner quanto Foucault estão dentro essa segunda categoria, constituindo um ponto de aproximação possível.

Tendo em vista esse segundo entendimento, “a subjetividade não se encontra mais atrelada nem a uma interioridade, nem a um corpo individual” (Cardoso Filho, 2016, p. 242). Há aqui uma outra perspectiva, na qual a subjetividade é constituída nas ações/relações, não em qualquer espécie de substantivo. A subjetividade passa a ser compreendida como algo que é do campo do coletivo, do social, dos atravessamentos que nos produzem e atualizam a cada ato, ou seja, passamos da noção de “subjetividade” para o conceito de processos de subjetivação: as interioridades são construções processuais e infinitivas daquilo que denominamos enquanto “exterior”. A própria dicotomia indivíduo/sociedade se torna borrada. Tendo em vista a forma como as noções de mente e corpo aparecem em constante oposição, cabe mencionar que nem sempre o foco no corpo, por si só, é suficiente para situar determinada teoria nesse escopo em específico. Existem perspectivas que tem foco no corpo, mas o tratam como *iniciador*, levando pouco em conta as relações que atravessam esse corpo na produção de si mesmo (seus processos de organização orgânica, suas ações de consciência, seus desejos, etc.). O desejo, por exemplo, mesmo que situado no corpo, ainda é concebido

muitas vezes enquanto individualizado. Um desejo que surge de um Eu e encontra barreiras no mundo, um desejo “verdadeiro” e legítimo, em oposição àquilo que é influência do mundo. Desta forma, Skinner, mesmo tratando de um corpo e utilizando-se de delineamento de pesquisa com sujeito único, entende e faz desse corpo um espaço de produção de algo a partir da interação, não o tomando como fonte iniciadora da subjetividade. Afinal, é bom lembrar, tal organismo, para Skinner e outros, é um processo filogenético e ontogenético de construção sempre desde as relações com o ambiente.

2 Da filosofia à psicologia: pragmatismo e funcionalismo

Para a construção dos modelos teóricos que vão na direção de compreender a subjetividade enquanto uma exterioridade constituída por ações, o pragmatismo, enquanto modelo filosófico, constitui papel essencial. Na psicologia, o pragmatismo esteve diretamente relacionado com as teorias funcionalistas (Carrara, 2005; Baum, 2019).

A psicologia, na virada do século XIX, opera um movimento importante com relação a essas discussões metafísicas e metodológicas (Ferreira & Gutman, 2005). Em oposição direta à psicologia alemã hegemônica no período, começam a surgir novas perspectivas nos Estados Unidos. No campo da psicologia, o funcionalismo e, na filosofia, o pragmatismo, passam a rejeitar premissas importantes do modelo estruturalista alemão.

Até então, orbitando a figura de Wundt (Araujo, 2009) em sua cátedra em Leipzig, psicólogos aliavam-se à fisiologia e, utilizando-se da introspecção e experimentação como método, tentavam descrever e analisar os elementos básicos da experiência psicológica. Em seu laboratório, Wundt buscava, através de psicólogos treinados, uma descrição *verdadeira* da experiência subjetiva. Cabe ressaltar o quanto essa perspectiva, da utilização de pessoas treinadas para a condução dos experimentos, reitera uma lógica presente já em Platão, e lapidada na modernidade, na qual é preciso purificar a experiência, decantá-la através de determinados métodos de controle sensorial, para que assim sejam acessados os elementos fundamentais que nos constituem. O funcionalismo norte-americano não perdia de vista a busca por métodos que permitiam, em tese, uma melhor compreensão dos fenômenos, no entanto, o funcionalismo colocava outras questões sobre a experiência subjetiva e sobre as condutas humanas.

Tendo em vista o crescimento industrial e urbano dos Estados Unidos nesse período, a psicologia assume uma função disciplinar já há muito descrita por Foucault (1975/1999).

Segundo Ferreira e Gutman (2005), devido a um crescimento significativo do sistema escolar, “a psicologia passou a ter um papel ativo, classificando, selecionando e ajustando os indivíduos a esses novos espaços - as escolas e as fábricas” (p. 141). Nesse contexto de produção de conhecimento, o movimento funcionalista ganha força, trazendo novos conceitos a partir da teoria da evolução de Darwin - como adaptação e função.

Na discussão sobre funcionalismo e pragmatismo, pode-se dizer que o funcionalismo é uma espécie de pragmatismo psicológico. Como pontua Tourinho (1996), o pragmatismo é uma concepção de conhecimento centrada no valor funcional das descrições reconhecidas como verdadeiras. Kinouchi (2007), resume ainda mais a questão, pautando o pragmatismo como sendo um entendimento das coisas desde um ponto de vista prático. Desta forma, a produção do conhecimento não seria pautada por uma busca por uma verdade essencial que representasse o mundo como ele é, mas que pudesse nos dar ferramentas de manipulação desse mundo.

Nesse sentido, um dos nomes que vai condensar, em sua obra, as relações entre esses campos é William James. Em sua obra “Os Princípios da Psicologia” (James, 1890/1983), o autor expõe o seu “pragmatismo jamesiano” (Kinouchi, 2007), fundamental para a consolidação do movimento funcionalista nos Estados Unidos.

Como citado no início do capítulo, filósofos e psicólogos passaram anos se digladiando na tentativa de delimitar conceitos e abstrações que dessem conta de descrever o humano e sua experiência no mundo. Além disso, também existiram diversas proposições de métodos que permitissem a esse mesmo humano acessar uma verdade - seja ela existente no ou para além dos sentidos. O primeiro ponto de interesse no pensamento de James circunscreve justamente esses temas. Apesar de não diferir tanto enquanto objetivo - no sentido da busca de uma verdade que sirva de guia as nossas ações no mundo -, ele começa a percorrer um caminho filosófico distinto daquele que vinha sendo produzido até então. Enquanto as discussões na psicologia alemã - hegemônica no final do século XIX - buscavam a delimitação de elementos básicos da experiência, James coloca outras questões, alterando não só o método, mas a própria questão. Em sua obra, “o foco está sempre colocado sobre a função e não sobre supostas ‘propriedades’ de um organismo dotado de psiquismo” (Ferreira & Gutman, 2005, p. 146). Isso implica dizer que não há importância em chegar a uma conclusão metafísica sobre aquilo que se é, nem mesmo sobre a organização dos fenômenos em categorias ou estruturas. Aquilo que se é, nessa perspectiva, é aquilo que se *faz*. E o

próprio ambiente deixa de ser uma categoria menor, ganhando protagonismo na análise, uma vez que a função de determinadas condutas só existe em relação à algo que opera e produz coisas - consequências, diria Skinner (1981/2007) - nesse mesmo ambiente. Resumindo, o organismo é ou deixa de ser a partir das funções que ele vai exercer e das suas interações com o ambiente. O Behaviorismo Radical, mais tarde, viria a propor que o significado dos comportamentos só existe em contexto, pois é descrito a partir de relações, não de estruturas (Zilio, 2016).

Outro ponto central no pensamento de James, e que decorre do primeiro, é a própria perspectiva de sujeito que ele descreve. Sobre a noção de “self”, ego ou eu, James propõe uma visão bem menos substancializada, sendo o Eu, apenas o nome de uma posição de onde se observa o mundo, não sendo delimitado previamente por características essenciais. “Em outras palavras, o *self* não existe como uma estrutura com certa organização psíquica, antes de suas ações, ao contrário, ele passa a existir em função de suas ações sobre o ambiente.” (Ferreira & Gutman, 2005, p. 144).

O pragmatismo de James abordou ainda outros temas como os hábitos e a própria consciência - tema no qual o autor contribuiu significativamente a partir da crítica à introspecção como método. Contudo, é especificamente nas suas reflexões mais filosóficas sobre a verdade que se encontra nosso outro ponto de interesse. O autor mais uma vez produz certo deslocamento nas questões que eram feitas pelos psicólogos e filósofos no mesmo período.

Para James, não importava mais tanto se os achados da ciência representavam uma verdade última, ou mesmo se as percepções do cientista estavam mais ou menos impregnadas nos seus achados, já que “toda a concepção científica é, antes de qualquer coisa, uma ‘variação espontânea’ no cérebro de alguém” (James, 1890/1983, como citado em Kinouchi, 2007, p. 219). Tendo formação em medicina e biologia, James segue uma tendência mais nominalista que o permite pensar a ciência como uma ferramenta de linguagem que organiza os dados do sentido. Há uma concepção aqui de um abandono de algumas questões metafísicas sobre a verdade e a abertura de caminhos que nos permitam dizer: não importa a Verdade, importa o que essas verdades produzem. Essa noção condensa bem a visão pragmática, já que situa a questão da verdade desde um ponto de vista das relações que essa verdade constitui e, ao mesmo tempo, sobre quais efeitos essa verdade produz através dessas mesmas relações. Apesar de James, especificamente, também ser um apreciador da erudição

pela erudição, há um inegável caráter instrumental nessa perspectiva, onde a ciência está relacionada diretamente com suas utilidades práticas, servindo como guia para nossas ações no mundo (Kinouchi, 2007). Isso também diz de uma concepção do sujeito e da sua própria experiência: não há distinção entre a experiência verdadeira e a ilusão, apenas efeitos dessas experiências.

A implicação disso para a psicologia é enorme, justamente no sentido em que nos permite abandonar as infundadas tentativas de diferenciar o que era uma experiência *verdadeira* daquela experiência do campo da ilusão, da alienação frente a uma verdade transcendente.

Como não há verdade prévia, mas apenas efeitos de verdade, deve-se tomar a experiência consciente a partir de seus processos e efeitos. É desta maneira que ela passa a ser considerada a partir de sua função em um duplo sentido: enquanto um processo dinâmico (um ato) e como um processo orgânico dotado de finalidade adaptativa. (Ferreira & Gutman, 2005, p. 148)

Pode-se dizer, de antemão, que tanto Skinner quanto Foucault apresentam-se dentro de uma perspectiva pragmatista do conhecimento. É óbvio que há nuances e discrepâncias no entendimento dos autores sobre o próprio pragmatismo e suas implicações. Tourinho (1996) aponta dois momentos do pragmatismo: I) do século XIX e início do século XX, que tinha o “princípio da funcionalidade das descrições como centro das análises do problema do conhecimento” (p. 44); e II) o pragmatismo contemporâneo, pautado por um relativismo linguístico e cultural. Desta forma, podemos situar Skinner dentro do primeiro paradigma do pragmatismo, enquanto Foucault se relaciona muito mais com as produções contemporâneas do campo.

Contudo, quando analisamos um pouco mais, por exemplo, algumas preocupações de Skinner (1953/2003; 1971/1983; 1974/2002) ainda vão no sentido da tentativa de delimitação de uma metodologia capaz de atingir um tipo específico de verdade. Em suas obras, Skinner reiteradamente pontua uma distinção entre a ciência - capaz de produzir controle - e outros tipos de conhecimento incapazes de descrever causalidades. Nesse sentido, o autor refere-se a muitas áreas do conhecimento como “pré-científicas”, com evidente julgamento sobre o valor dessas mesmas áreas (Skinner, 1971/1983). Mesmo que seja uma verdade baseada em uma noção de pragmática da realidade onde não importa tanto uma conceitualização metafísica, ainda é uma visão de mundo específica a ser valorada e que tenta, inclusive, remodelar a psicologia, a partir dessa premissa, enquanto um campo de ciências

naturais (Carrara, 2005). Essas questões serão retomadas no próximo capítulo ao discutir a posição epistemológica de Skinner.

Foucault (1979/2015), por outro lado, não está interessado na delimitação de procedimentos que possam servir como valoração para uma verdade, mas sim na produção de ferramentas que permitam desnaturalizar essas mesmas verdades - incluindo a própria ciência como um campo possível de análise -, compreendendo que a verdade é aquilo que opera e que existe no mundo. Também há, no autor, preocupação com o método, mas esse método, pode-se dizer, constitui-se de uma “forma de olhar” o mundo, não tanto como procedimentos rígidos (Foucault, 1976/2020a). Além disso, há um foco quase exclusivo nos processos de compreensão e descrição dos fenômenos, deixando de lado a vontade de prescrição e controle da realidade. Essa distinção entre compreensão e controle parece estar bastante relacionado com a próxima diferença entre os autores.

No que tange às questões éticas, Skinner tinha uma preocupação em utilizar os frutos da ciência (especificamente da sua ciência do comportamento) para reformar a sociedade. Essa perspectiva de reformador social inclusive já estava presente em Watson (1913), perseverando no pensamento de Skinner como essa fé de que o conhecimento e a ciência poderiam nos ajudar na solução de mazelas sociais assim como outras ciências (Skinner, 1971/1983). Pode-se considerar uma perspectiva até utilitarista, de certa forma, já que o conhecimento deveria ser usado para melhorias práticas da nossa vida em sociedade. Por outro lado, Foucault adota uma postura quase oposta, no caminho da negação de prescrições sobre como a vida *deve* ser. O autor apresenta uma preocupação na compreensão sobre os modos possíveis de existir, mas se abstém de responder questões sobre o que fazer frente a essa multiplicidade já que tal projeção planejada de futuro prescrito seria, inevitavelmente, uma redução de possíveis, uma diminuição de tal multiplicidade: projetar um modelo de amanhã seria um gesto de abandono do exercício crítico de multiplicar futuros possíveis.

3 Do pragmatismo ao Behaviorismo Radical

A trajetória do Behaviorismo Radical está intimamente relacionada com o movimento funcionalista nos Estados Unidos. Mas antes de chegarmos em Skinner, há de se observar o contexto que enseja as produções de uma outra figura importante para a Análise do Comportamento. Se, por um lado, Harvard de William James fazia oposição ao estruturalismo de Titchener no que tange ao método, por outro, a consciência ainda constituía parte

fundamental da agenda de pesquisa da psicologia norte-americana. Para encontrar as raízes do Behaviorismo, Baum (2019), aponta para as lacunas que se cultivavam entre a psicologia objetiva e a psicologia comparativa. Mesmo que essas práticas e teorias abrissem caminhos importantes, Watson (1913) não estava totalmente satisfeito com os rumos que a psicologia tomava e se lançou na tentativa de delimitar um novo campo: uma ciência do comportamento. Nesse momento histórico, o behaviorismo acabava se resumindo a uma proposição metodológica, guiada pelo abandono total da introspecção e da analogia como método. Tendo em vista a impossibilidade de se estudar objetivamente aquilo que se passa “do lado de dentro”, Watson (1913) sugere que os pesquisadores parassem de usar termos como estados mentais, mente, imagens, consciência etc. Como sugerido até então, essa primeira ciência do comportamento ganha o nome de Behaviorismo Metodológico, pois restringia-se às mudanças sobre o modo de fazer pesquisa (Baum, 2019; Carrara, 2005). Watson utilizou-se de experimentos com animais, mas sem cair em “antropomorfismos” tal qual a psicologia comparativa, que tentava explicar o comportamento animal através de paralelos com estados de consciência humana. Desta forma, o autor buscava modelos que pudessem ser generalizados para a compreensão do comportamento humano.

O behaviorismo de Watson ainda ocupa um lugar central no imaginário das pessoas quando se pensa na análise do comportamento. Skinner (1974/2002), chega a comentar que Watson construiu uma “ciência prematura”, no sentido em que propôs interpretações apressadas sobre comportamentos complexos como a linguagem. Contudo, é preciso analisar que Watson dispunha de noções como *reflexo* e do *condicionamento clássico* de Pavlov (Corr & Perkins, 2006), que “sugeriria um tipo de causalidade mecânica que não era incompatível com a concepção que o século XIX tinha de uma máquina” (Skinner, 1974/2002, p. 9). Desta forma, as produções do período pouco tem a oferecer sobre aspectos importantes da vida como intenções, propósitos ou mesmo criatividade. O intuito não é desmerecer os trabalhos de Watson, mas inscrevê-los em seu tempo. Há ainda uma questão ética relacionada ao trabalho de Watson, diretamente implicada com uma concepção mecanicista apresentada até aquele momento. Há apenas dois fatores na análise: estímulo e resposta. E esse é um ponto fundamental que separa o Behaviorismo Radical de Skinner dos outros modelos: o conceito de comportamento operante insere um terceiro elemento que é a resposta do ambiente ao comportamento. Quando Skinner coloca a *consequência* em evidência, ele redimensiona também as perspectivas de sujeito possíveis dentro do comportamentalismo, extrapolando o

sujeito mecânico do condicionamento clássico. Contudo, mesmo antes de Skinner, outros autores caminhavam para esse entendimento de aprendizagem que levasse em conta as consequências das ações, como Thorndike e sua Lei de Efeito. Gewirtz (2001) questiona justamente essa escolha de Watson em basear seu trabalho em Pavlov, buscando entender o que levou o primeiro behaviorista a ignorar seu contemporâneo Thorndike.

Carrara (2005) pontua que, devido ao entendimento da psicologia como estudo da “alma” - enquanto um projeto voltado para a consciência e da mente humana -, alguns behavioristas, Skinner incluso, optaram por chamar sua prática de Análise Experimental do Comportamento, no intuito de se afastar das terminologias referente a uma interioridade iniciadora das condutas. Essa delimitação inicia com Watson e tem sua consagração com Skinner, que reitera uma separação entre o Behaviorismo - uma filosofia de ciência - e a Análise do Comportamento - o estudo do comportamento em si. Desta forma, não pretendo aqui me deter nos dados gerados pela Análise do Comportamento, mas sim discutir as proposições do Behaviorismo enquanto filosofia, tendo em vista suas implicações éticas.

Retomando, pode-se dizer que o primeiro grande ponto que difere as produções teóricas de Skinner e de Watson é a introdução do conceito de comportamento operante, que inclui a consequência na determinação do próprio comportamento. Os comportamentos não são apenas *eliciados*, mas *emitidos* (Skinner, 1953/2003). Essa mudança de perspectiva, que não exclui totalmente o papel da eliciação de respostas a partir de estímulos, reitera o determinismo probabilístico que encapa o Behaviorismo Radical. Para além da simples ideia de que um estímulo suscita uma resposta, ou da possibilidade de condicionar os comportamentos, passa-se a entender que não é só o ambiente que afeta o sujeito, mas o sujeito também tem agência sobre esse mesmo ambiente que o produz. O comportamento operante implica que o que acontece depois do comportamento afeta a frequência com que esse comportamento ocorre. Enquanto Watson estava voltado para os antecedentes, Skinner refina a *função do comportamento* ao incluir a consequência como elemento fundamental de análise. Como mencionado anteriormente, Thorndike (Gongora et al., 2009) já percorria um trajeto similar a esse com a Lei do Efeito, mas ainda esbarrava em concepções mentalistas como prazer e dor. O conceito que Skinner produz é mais funcionalista na sua definição e, apesar de não ignorar noções como prazer e dor, as trata como reações fisiológicas e subprodutos possíveis dos processos de condicionamento, não sendo necessários para que o aprendizado ocorra. A experiência emocional acontece concomitante aos processos de

aprendizagem, não configurando-se como causa desses mesmos processos. Ou seja, o comportamento não é modificado *porque* a pessoa ficou triste. As emoções são elementos desse processo, consideradas como reações fisiológicas e estando suscetíveis a mecanismos de aprendizagem da mesma forma que qualquer outro comportamento.

A partir disso, surgem conceitos como Reforço e Punição (Skinner, 1974/2002). Ambos são entendimentos como consequências que aumentam (reforço) ou diminuem (punição) a probabilidade de emissão dos comportamentos. Quando pensamos no raciocínio completo, onde o que aumenta a frequência de um comportamento é o reforço e esse mesmo reforço é definido como alguma consequência que aumente a frequência do comportamento, podemos dizer que são definições tautológicas. Contudo, são conceitos que não tem como objetivo descrever a essência dos fenômenos. Eles existem e são nomeados no sentido de organizar e descrever uma *relação* de frequência. São conceitos descritores e não se restringem a uma definição metafísica. O comportamento operante, portanto, não está ligado a uma topografia específica de comportamento, mas sim à relação estabelecida com o ambiente. Esses conceitos existem apenas a partir do momento em que operam, em que funcionam num contexto específico. Desta forma, reitera-se a aproximação de Skinner com o pragmatismo, uma vez que não existem categorias universais a serem descobertas, senão relações a serem explicadas. Contudo, ainda que o elemento reforçador seja delimitado em uma trajetória marcada pelas tramas sociohistóricas, a operação do condicionamento se apresenta como a descrição de uma relação meta-histórica. Ou seja, uma constante na história do ser humano é a capacidade de ser afetado e de interagir com o ambiente.

No estudo dessas relações entre organismos e ambiente, Skinner foi extremamente enfático na crítica a alguns temas como o I) estruturalismo e o II) mentalismo, ambos relacionados com o cognitivismo presente na psicologia norte-americana do século XX. Para o autor, ambos modelos de pensamento nublam os estudos sobre o comportamento humano, propondo explicações falhas e que não são capazes de prover causalidade.

I) O combate ao estruturalismo poderia iniciar por uma das premissas do pragmatismo, seguindo o entendimento de que não há uma “estrutura” a ser descoberta que dá forma aos eventos. Não haveria um padrão essencial do qual decorrem todos os eventos (ou acidentes). Sobre o estruturalismo, o autor está criticando justamente a psicologia norte-americana que seguia os pressupostos de Wundt, partindo do entendimento de, já que o comportamento é relacional, operar pela descrição e organização dos dados em termos de

estruturas não seria profícuo na explicação dos fenômenos comportamentais. “O estruturalismo e o desenvolvimento não nos dizem por que os costumes são obedecidos, por que as pessoas votam de uma certa maneira ou apresentam certas atitudes ou traços de caráter, ou por que línguas diferentes possuem traços diferentes” (Skinner, 1974/2002, p. 15). Sobre esse ponto de vista, há de se considerar a pergunta que Skinner está focado em responder, que é justamente o porquê dos comportamentos.

No que tange a relação do estruturalismo e do funcionalismo na psicologia, é possível fazer um paralelo com um movimento histórico da biologia. Antes de Darwin e da teoria da evolução, os biólogos produziam uma série de dados, descrições minuciosas sobre a vida em toda sua variedade. Isso gerava catálogos quase infinitos, mas que pouco explicavam sobre as causas dessas mesmas diferenças. Podia-se até fazer descrições das funções que determinados mecanismos desempenham, dizendo, por exemplo, para que serve o polegar opositor, mas faltava uma perspectiva que integrasse todos esses dados e pudesse explicar de forma coerente e homogênea o surgimento desses mecanismos. A teoria da evolução possibilita dar um sentido, uma inteligibilidade formalmente simples (seleção natural) para as informações acumuladas ao longo de anos. Pode-se dizer que o funcionalismo faz um movimento similar com relação à psicologia. Mais do que descrever os comportamentos e propor interpretações, prevalece a ideia de que o comportamento deve ser explicado pela sua função, que é resultado da interação do organismo com um campo de aleatórios possíveis - ou ambiente, apenas. A função não existe sem a relação entre organismo e ambiente. Ou seja, do ponto de vista funcionalista, a descrição de comportamentos que não esteja atenta às contingências não é capaz de explicar esse comportamento. A própria evolução não é outra coisa senão resultado das contingências e não contém, em si, nenhuma lógica intrínseca ou teleológica à ser descoberta. Não há uma estrutura prévia a ser seguida, nem um sentido, senão acidentes. Há uma especificidade imbuída nesse modo de pensar o sujeito, já que a explicação para cada comportamento reside em uma história particular, assim como as características das espécies são resultado de anos e anos de interação com determinadas contingências.

II) Skinner (1974/2002) associa a permanência do mentalismo na linguagem científica e popular ao estruturalismo. Cabe ressaltar aqui, antes de prosseguirmos, que o estruturalismo criticado por Skinner é relacionado a psicologia norte-americana e alemã, não tendo, necessariamente, relação com o estruturalismo das ciências sociais, por exemplo

(decorrente, por sua vez, dos desdobramentos da linguística inaugurada por Saussure na formação do formalismo russo e, posteriormente, na constituição do estruturalismo francês). O autor enfatiza que ao adotar uma postura descritiva e que abandonou a busca por explicações sobre as causas dos comportamentos, o estruturalismo deixou lacunas que permitiram a “sobrevivência dos conceitos mentalistas”. Diego Zilio e Kester Carrara (2010) definem mentalismo como sendo “qualquer enfoque psicológico (e, mesmo, antropológico, sociológico e biológico) que considere o comportamento como resultado de processos e/ou agentes internos e/ou de outra natureza ou substância distinta daquela da conduta a ser explicada” (p. 399). Se retomarmos as discussões filosóficas apresentadas previamente, poderemos compreender a intersecção entre as críticas de Skinner ao mentalismo e alguns modelos de sujeito presentes na filosofia e na psicologia. Quando determinadas vertentes de pensamento propõem uma divisão entre dois mundos, dois planos que se relacionam sob uma ordem hierárquica em que a razão (ou espírito, alma, intelecto, mente) é um elemento de primeira ordem, configura-se justamente isso que Skinner denomina como mentalismo.

Na psicologia, a ênfase nos estudos dos processos da cognição e a centralidade que os pensamentos ocupam nas explicações dos comportamentos/conduas está diretamente relacionado a reiteração de certos dualismos, compreendendo que a razão, a interpretação que o sujeito dá ao mundo, é mais relevante para a determinação dos fenômenos do que aquilo que é externo, acidental. Não é a experiência entendida enquanto processo amplo, mas a primazia da cognição. As atribuições por vezes pejorativas de Skinner ao mentalismo geraram inúmeras polêmicas ao longo do tempo. Mesmo no final de sua vida, quando foi homenageado pela Sociedade Norte-Americana de Psicologia, Skinner disse, em seu discurso, que o cognitivismo (como representante máximo do mentalismo) estava para a psicologia assim como o criacionismo estava para a biologia. Além disso, devido a essa perspectiva crítica às explicações internalistas, Skinner também teve inúmeros desentendimentos com a fisiologia e com as neurociências (Zilio, 2016). Essas disputas fizeram com que o autor fosse conhecido, inclusive, como alguém que era “contra” a fisiologia. Contudo, o que Skinner combatia eram explicações da fisiologia que deixavam de lado as relações estabelecidas entre os sistemas do corpo e o ambiente. Desta forma, a fisiologia podia, mesmo tratando do corpo, atribuir explicações aos fenômenos que fossem “de dentro para fora”, ignorando o contexto (e consequentemente o significado) do comportamento.

Sobre essa perspectiva, Baum (2019) menciona que termos como “mente, vontade, ego e assemelhados são, muitas vezes, chamados de *ficções explicativas*” (p. 37) por behavioristas radicais, uma vez que são extrapolações conceituais a partir de fenômenos comportamentais. A inteligência, por exemplo, seria um termo ficcional, uma vez que é uma inferência construída a partir do ato de se comportar de forma “inteligente”. Atribuições de ações a noções de personalidade, self ou ego percorrem caminhos similares. O behaviorismo radical abdica de métodos antigos da psicologia como a introspecção e reduz drasticamente o significado das razões expressas verbalmente pelas pessoas no entendimento dos comportamentos. Segundo Skinner (1974/2002), explicar comportamentos a partir de descrições essencializadas do sujeito na verdade não explica nada, gerando uma circularidade viciante na ciência e na linguagem.

A maneira energética com que Skinner se posicionou, ao longo de sua vida, contra o mentalismo está relacionada a dois temas que se complementam: sua concepção de sujeito e sua perspectiva de ciência. Como já foi dito algumas vezes, o sujeito do behaviorismo radical é um sujeito produzido na interação com o ambiente. Isso significa, na prática, uma ausência de espaço para essencialismos. Como exposto anteriormente, a crítica ao mentalismo coloca em questão uma série de pressupostos que são naturalizados nas nossas relações cotidianas. O deslocamento produzido a partir da perspectiva de que o mundo dentro da pele não constitui uma categoria ontológica superior gera também uma cisão na perspectiva de sujeito hegemônica no ocidente. Diferentemente de Watson, Skinner não exclui os fenômenos privados do campo de análise, mas pondera sobre as possibilidades de acesso a eles. Na perspectiva do behaviorismo radical, o campo das cognições é restituído, mas compreendido como comportamento (Skinner, 1957; Vargas, 2007).

Ou seja, há o entendimento de que os fenômenos subjetivos não se constituem como causalidade em relação aos fenômenos externos, mas fazem parte de uma trama de comportamentos que se relacionam entre si, mas que também devem ser explicados. Tomar o pensamento e as cognições como parte de uma cadeia funcional, não como iniciadores das condutas, é um dos elementos mais centrais do behaviorismo radical, estando diretamente relacionados com a perspectiva política de Skinner. Resumidamente, o autor defende que, se somos determinados por um conjunto de exterioridades que podem ser estudados pela ciência do comportamento, há de se criar mecanismos de clarificação desse mesmo conjunto de contingências que nos produzem. Ou seja, assim como se utiliza da física e da biologia para

solucionar problemas, as tecnologias do comportamento deveriam ser utilizadas para sanar problemas da humanidade, como o aquecimento global, desigualdades sociais etc (Skinner, 1971/1983). Além disso, em *Walden II* (Skinner, 1948/1972), há a defesa da possibilidade de pensar uma sociedade experimental baseada em tecnologias produzidas a partir da análise do comportamento.

4 Entre mãos e máquinas: produzindo subjetividade

Foucault é um autor que percorre um amplo campo de temáticas. Suas obras são lidas em diversas áreas do conhecimento como história, direito, filosofia, ciências sociais e psicologia. Esse é um indício da complexidade e da relevância desse pensador para a produção de conhecimento nas ciências humanas. Em algumas de suas obras, Foucault (1997/2005; 2004/2008a; 2009/2014) trabalha a partir de uma trinca de sujeito/poder/verdade, na qual os elementos são relacionados e indissociáveis. Quando perguntado sobre a razão que o fez estudar o poder, Foucault responde que seu objetivo “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 1982/1995, p. 231). Ainda nessa complexa equação, Foucault também adota uma perspectiva pragmática da verdade/saber, passando a considerá-la não enquanto um desnudar de um véu que cobre nossos sentidos, revelando uma Verdade única e objetiva, mas com intuito de fazer ver “como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (Foucault, 1979/2015, p. 44).

Deste modo, configura-se uma compreensão da produção de conhecimento enquanto produção de verdade. Isso significa que, ao invés de refletir ou propor determinada epistemologia enquanto o melhor meio de acesso à realidade/verdade em si mesma, Foucault vai dar um passo atrás e vai investigar quais são os critérios, as condições de possibilidade que delimitam os juízos acerca do verdadeiro/falso, normal/patológico, aceitável/inaceitável, em diferentes sistemas de práticas-saberes (Foucault, 1979/2015). Esse é mais um elemento pragmático em Foucault, tendo em vista que, colocando em análise a verdade enquanto algo essencialmente contingente, emerge a possibilidade de análise de que a delimitação de algo como verdadeiro é uma prática que produz efeitos dentro de um sistema específico que delimita essas mesmas regras. Deste modo, a própria analítica dos efeitos de verdade foucaultianas se apresenta, também, enquanto uma produção de efeitos de verdade desde as condições de possibilidade delimitadas pelos processos de subjetivação no qual emergem.

Por outro lado, mesmo que Skinner aborde a questão do controle e contracontrole desde o ponto de vista do cientista (Skinner, 1974/2002; Skinner, 1953/2003), assumindo que a produção do conhecimento não é uma prática neutra, ainda nota-se que esta se inscreve na tradição epistemológica moderno-ocidental de sempre aprimorar as representações da realidade fazendo-as mais verídicas por meio do incremento de verificação: quer dizer, há a preocupação de aprimorar o próprio modelo epistemológico a partir de um tipo específico de “controle de variáveis”.

Apesar de Foucault entender sujeito/poder/verdade como elementos indissociáveis, uma divisão didática torna-se necessária para fins de compreensão. Desta forma, para facilitar as relações entre os autores, podemos propor uma análise que passe por três níveis: ontológico (sujeito), epistemológico (saber) e ético (poder). Como exposto anteriormente, há diferenças significativas entre os autores no campo epistemológico, mesmo que ambos possam ser compreendidos como pragmáticos, há graus diferentes de análise que são colocadas em jogo.

Sabemos que as concepções ontológicas, epistêmicas e éticas dos autores não são idênticas, mas, mesmo diante de tais diferenças nítidas, propomos aqui um exercício de fazer ver algumas linhas que tramam, em especial, a ontologia de ambos (sujeito tomado enquanto trama de relações “exteriores” dobradas). Tais estranhas semelhanças adentram também o campo da ética, pela presença constante dos desafios de afirmar a liberdade desde uma noção não voluntarista (negando o sujeito da decisão consciente), assim como ultrapassando a simplista e individualista noção liberal de liberdade negativa (como ausência de restrição à ação), em uma aposta na experimentação da diversidade para além da norma instituída. Temos, também, um estranho parentesco epistêmico entre os autores por meio de elementos pragmatistas em ambos. No entanto, em que pesem tais pontos de articulação para evitar que possam sustentar uma cisão completa entre ambos autores, estes se fazem distantes e estranhos em especial pela assunção onto-ético-epistêmica que cada um faz da tradição moderna: enquanto Skinner busca apoio na perspectiva moderna de tecnociência e seu anseio de previsão, controle e progresso, Foucault, por seu lado, irá apoiar-se na tradição moderna da crítica e seu constante questionamento sobre quem estamos nos tornando.

Como já foi dito anteriormente, compreendo que há uma aproximação direta na concepção de sujeito de Skinner e àquela apresentada nas obras de Foucault. Isso se dá mediante a constatação de que não há um sujeito constituinte, iniciador e autônomo que interage com o mundo. O sujeito é a própria interação. Ele surge a partir disso e está em

constante transformação. Foucault pontua que “é preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (Foucault, 1979/2015, p. 48). Ou seja, é necessário olhar para a “constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto” (Foucault, 1979/2015, p. 48) que produzem esses diferentes modos de tornar-se sujeito. O que Foucault chama de constituição de saberes, de discursos, não se restringem a elementos discursivos, mas existem enquanto materialidade, enquanto um ambiente que se relaciona e produz a subjetividade (Deleuze, 1986/2005). Quando comparamos essa perspectiva com os pressupostos filosóficos apresentados no início desse trabalho, notamos como a análise da produção de conhecimento a partir da separação entre razão e experiência perde o sentido. Se a própria razão, entendida aqui como método científico, é fruto de determinadas condições de possibilidade que delimitam, inclusive, temas específicos a serem estudados, não seria ela própria fruto da experiência? Não existe fundamento a priori de conhecimento que se sustente. Essa conclusão vai ser fundamental para a proposição ética de Foucault.

Partindo da mesma perspectiva de que sujeito é resultado das suas interações, sem constituir um núcleo duro essencial ou imutável, Skinner (1974/2002) se pergunta quais mecanismos permitem que o organismo seja modificado pelo ambiente. Desta forma, pode-se dizer que os autores, no que tange o seu entendimento de que o sujeito e a subjetividade não se constituem enquanto interioridade, mas enquanto uma exterioridade que atravessa o corpo, observam pontas distintas de um mesmo processo de produção de subjetividade. No behaviorismo radical, Skinner (1974/2002) comenta sobre três níveis de seleção do comportamento. O 1) filogenético se constitui a partir da história evolutiva da espécie. O grande foco da obra de Skinner vai ser justamente o 2) ontogenético, que diz respeito a história de vida de um indivíduo em específico, daquilo que é selecionado a partir da história particular de interações de cada um. Por último, 3) a cultura aparece como outro nível de seleção.

Retomando a compreensão de saber e verdade em Foucault, pode-se dizer que a cultura é justamente aquela instância que permite a inteligibilidade aos elementos que constituem o 1) e 2), entendendo, por exemplo, que a própria seleção natural e os conceitos de filogenia e ontogenia, são uma organização específica de elementos da experiência emergente no século XIX europeu, articulados à construção das ciências biológicas enquanto especialidade relevante em um contexto urbano-industrial técnico-cientificista em expansão

colonialista (não esqueçamos dos financiadores da viagem de Darwin), que buscava explicar origens e evidenciar a plataforma comum da humanidade tão almejada pelos filósofos iluministas do século XVIII. Assim, por exemplo, o “bio” do conceito foucaultiano de biopolítica não refere simplesmente “vida”, mas sim um certo modo de inteligibilizar e sentir os viveres e os vivos a partir da busca de regularidades estatísticas para promover previsão e controle. A ideia não é negar a existência de uma materialidade biológica, mas compreender que essa materialidade só se torna inteligível a partir de práticas que são construídas socialmente.

Portanto, nota-se que os dois autores fazem suas perguntas a partir de pontos de vista distintos, mas não excludentes. Foucault (1982/1995) busca responder como diferentes tramas históricas constituem sujeitos diferentes olhando para a própria trama, para os jogos, os litígios de poder e saber. Por outro lado, Skinner (1974/2002) se pergunta quais os mecanismos que permitem que determinado organismo seja afetado pelo meio em que ele vive, ou seja, em contato com tudo aquilo que Foucault coloca como campo de análise possível. Há aqui a exterioridade como fator fundamental nos estudos sobre a humanidade. Não mais as cognições, não mais a razão enquanto algo que se dissocia do profano em direção ao divino; sem teleologias, mas justamente aquilo que há de intermitente e situacional no mundo.

Por mais que Skinner esteja pensando nos organismos e buscando certa regularidade nos mecanismos de mudança, sua perspectiva de ciência e de sujeito o direcionam para pensar, na verdade, as contingências, que são situacionais. Segundo Zilio (2016), o significado de um comportamento só pode ser descrito a partir do meio em que ele ocorre. Ou seja, há uma ênfase no específico frente às generalizações. Como foi dito anteriormente, os conceitos centrais da Análise do Comportamento não descrevem a topografia de um comportamento, mas uma relação funcional entre ambiente e organismo. Desta forma, pode-se dizer que há uma proximidade entre os autores nessa perspectiva, tendo em vista que concentram suas energias no estudo das modulações de um certo fora que nos constituem enquanto singularidades.

Contudo, há uma diferença importante a ser destacada. Do ponto de vista da concepção de sujeito, parece ficar clara a possibilidade de diálogo. Mas a questão epistemológica é bastante diferente entre os dois autores, apesar da aproximação com o pragmatismo. Por mais que Skinner compreenda a peculiaridade de cada contexto e reitere a

importância de não generalizar resultados de estudos indiscriminadamente, isso não significa que determinadas conclusões, frente a sua repetição, não possam tornar-se generalizáveis. Os próprios conceitos de reforço e punição, de condicionamento operante, extinção entre outros, por mais que sejam descrições funcionais, são conceitos cujos pressupostos são universalizantes. Além disso, a própria metodologia de estudo é objeto de replicação e generalização.

Isso é substancialmente diferente em Foucault. Os conceitos de disciplina e biopolítica (Foucault, 1979/2015; 1997/2005; 2009/2014) não tem a pretensão de serem replicáveis e generalizáveis. Não são decalques que podem ser colados em outros contextos. São ferramentas criadas especificamente para explicar fenômenos de um contexto singular e historicamente contingente. O método, para Foucault, não tem caráter prescritivo. Essa distinção entre os autores é fundamental, tendo em vista que Foucault evidencia constantemente que as ferramentas de análise não podem fugir das próprias condições que as produzem. Já em Skinner, apesar do autor compreender que até mesmo a linguagem está relacionada com processos de aprendizagem e que, portanto, o simples ato de dizer está mergulhado nas contingências, sua perspectiva de que o conhecimento é a capacidade de interagir de forma efetiva com o ambiente permite que o autor entenda sua metodologia como algo a ser replicado. Para Skinner, as leis científicas não são obedecidas pela natureza, mas por homens que lidam de forma eficaz com a natureza (Tourinho, 1996). Desta forma, compreende-se que é preciso ter cautela quanto a generalização de resultados, contudo, o método adequado - aquele que garanta um ação efetiva sobre o objeto - é um parâmetro importante de avaliação dos próprios resultados.

5 Poder e governo em Foucault

Os estudos de Foucault sobre governo e suas reflexões a partir deles estão estritamente relacionados com suas afirmações éticas. Portanto, há aqui um entendimento que vai pensar o poder enquanto prática e relação. Isso é, voltando sua atenção não para os códigos, para as regras, mas para os jogos, para as ações no mundo que compõem campos de afetações possíveis. O poder é produto de ações no mundo, ou ainda de “ações sobre ações possíveis” (Foucault, 1982/1995). Isso é, pela modulação de certos elementos no ambiente que ensejem, ou não, determinadas condutas, sem necessariamente passar pela proibição de algo (Foucault, 1997/2005). É a delimitação das condutas pela incitação do desejo.

Poderia-se, apesar das diferenças epistemológicas expostas anteriormente, pensar nessa descrição do poder como um certo arranjo das contingências a fim de reforçar determinados comportamentos.

Foucault (1979/2015) vai criticar outras vertentes de estudo das relações de poder, dizendo que “ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e táticas” (p. 42). Especificamente na sua crítica ao marxismo, o autor destaca como há uma preocupação com as estruturas de poder, mas não com sua mecânica contingente: ao invés da busca por explicações gerais sobre “o que é o poder” ou “o que é a dominação”, o autor prefere dedicar-se a acompanhar os processos sobre “como se exercem ações sobre ações/conduas de condutas na situação X ou Y?”, ou ainda, “como se exerce essa relação de dominação neste contexto?”. Nessa perspectiva, a essência da crítica vai ao encontro daquilo que Skinner dizia sobre o estruturalismo na psicologia, utilizando-se da premissa de que descrever estruturas não explica o fenômeno: é preciso descrever as relações que se constituem. Foucault (1979/2015) via uma lacuna no “como” do poder. Desta forma, seu raciocínio vai no sentido de que, para dar conta da mecânica do poder, era preciso olhar para essas práticas de produção de subjetividade. Não mais um sujeito constituinte que se relaciona com o mundo, mas as próprias estratégias de produção desse sujeito. Deleuze (1986/2005) vai se utilizar da noção de dobra para pensar o sujeito em Foucault. O filósofo compreende que, para Foucault, o sujeito é uma dobra que se produz a partir do mesmo plano material que o cerca. A existência do sujeito não se configura enquanto uma entidade ontológica distinta, senão enquanto uma replicação modulada de um fora.

Pensar o poder relacionado à produção de certos modos possíveis de existir implica uma concepção de poder compreendida por sua forma positiva, não só como negação e veto (Foucault, 1997/2005) A tradição jurídica, política e econômica do liberalismo reiteram a noção do poder como uma força negativa repressiva, reiterando também, por conseguinte, uma concepção negativa de liberdade enquanto ausência de interdição à ação. Nessa perspectiva, o poder acontece no momento em que barra a liberdade do indivíduo. As ideias contratualistas do direito giram em torno dessa noção: os indivíduos abrem mão de sua liberdade, seus desejos, permitindo a existência de uma instância que *vete* certas condutas, ensejando assim a civilidade. A tradição marxista da economia política também traça caminhos similares, identificando o poder no sentido da opressão e repressão. Há um reconhecimento da ideia de poder popular, mas essa representação ainda não se aproxima

daquilo que Foucault propõe. Em oposição a ideia de repressão, Foucault (1979/2015) se questiona sobre a possibilidade de uma compreensão de poder estritamente vinculada à negação, concluindo que “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (p. 45). O discurso aparece aqui, juntamente com o poder, a partir do entendimento de que não há, no pensamento de Foucault, uma oposição ou cisão entre o mundo material e o mundo do discurso - normalmente atribuído ao psíquico, ao subjetivo. Isso não se dá porque existe uma pré-correspondência essencial anterior à nomeação, mas justamente porque seus efeitos existem em conjunto. O ato de nomear e a coisa em si existem no mesmo plano, já que ambas são, antes de tudo, concretas em suas ações sobre as ações dos sujeitos. Reitera-se aqui ainda a possibilidade de destacar o caráter pragmático em Foucault (Fabbrichesi, 2015), no sentido em que não há distinção ontológica entre discurso e realidade. Não se constitui aqui uma busca por corresponder um nome verdadeiro a eventos que existem, mas justamente o contrário: os discursos, junto das coisas, corpos e demais gestos, são produtores da própria realidade no sentido em que tem efeitos práticos sobre como o mundo pode ser para nós.

Desta forma, a ideia de poder como algo produtivo nos leva à questão inicial de Foucault (1982/1995): o estudo dos diferentes modos pelos quais nos tornamos sujeitos. Partindo desse ponto de vista, é preciso olhar para as tramas históricas, mas não só. Seria muito simples fazer essa associação direta. Não há grande novidade em dizer que o sujeito é influenciado pelo seu tempo. Contudo, a mera constatação da relação explícita não dá conta, justamente, da questão central para Foucault: o como? Não basta apenas a constatação de que existem estruturas sociohistóricas. “A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido” (Foucault, 1979/2015, p. 41). Desta forma, há a compreensão, a partir da crítica da dialética e da semiótica, de que a produção de subjetividade é essencialmente uma disputa complexa, heterogênea e múltipla, uma batalha de estratégias para conduzir um campo de possíveis. Em Foucault, é com esse olhar que se deve pensar nas relações de poder. Isso inclui pensar nas técnicas e dispositivos - entendidos aqui como agenciamento de elementos distintos para determinado objetivo -, historicamente situados, que atuam na produção de subjetividade.

A esse conjunto de lógicas que configuram um modo de governar num determinado período histórico, Foucault dá o nome de Governamentalidade, entendido como

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (Foucault, 1979/2015, p. 429)

Um dos pontos-chaves das pesquisas de Foucault sobre o poder tem a ver com um movimento histórico, visível na Europa Moderna, que vai marcar a uma cisão na forma de governar. Foucault (1979/2015) pontua a diferença entre a *Soberania* e a *Arte de Governar*. Na soberania, há uma noção circular de governo (tautológica). Resumidamente, o objetivo do governo é perpetuar o próprio governo. As formas de exercer autoridade são muito pautadas pelos códigos e pelas punições. Foucault vai identificar no Príncipe de Maquiavel um condensador das ideias desse tempo.

Contudo, posteriormente, começam a surgir perspectivas críticas a essa forma de governar. Surge uma concepção que, pouco a pouco, vai incorporando um caráter econômico ao governo: isto é, incorporar a ideia de gestão de recursos. Desta forma, o governo começa a ter objetivos para além de sua própria manutenção. Torna-se preciso gerir, organizar, otimizar diferentes áreas. Surge uma nova governamentalidade, pautada por outros princípios. A esse movimento Foucault chama de *Arte de Governar*.

Ou seja, o autor vai analisar o surgimento da ideia de uma nova forma de pensar o governo, bem como as técnicas as quais ele vai lançar mão para alcançar seus objetivos. Não mais deixar viver e fazer morrer, a ordem agora é fazer viver e deixar morrer (Foucault, 1997/2005). Se antes a estratégia de governo era pautada pela punição exemplar daqueles que descumpriam as leis, na arte de governar o desejo torna-se um alvo. É preciso, mais do que dizer o que não fazer, incitar determinadas o que fazer. Produzir desejo. A partir desse momento, há uma expansão dos saberes que vão tentar responder, de uma forma ou de outra, a pergunta: como bem governar com o menor esforço possível? A questão da eficiência passa a ser central. Não basta apenas que as pessoas ajam de determinada maneira, mas que o menor esforço possível seja despendido para que assim seja.

A partir desse momento, Foucault situa dois movimentos: a *Disciplina* e a *Biopolítica*. Esses movimentos dizem respeito a um corpo de técnicas que vão se consolidar nas estratégias de governo. A disciplina tem início no século XVII, mas seus ecos ainda estão presentes em algumas relações que se constituem na contemporaneidade. Essa lógica de governo encontra-se relacionada ao surgimento das fábricas, das escolas, hospitais psiquiátricos e dos presídios (Foucault, 1975/1999). Pautada no corpo, tem como foco a

minúcia, a correção dos gestos, da postura de cada sujeito de forma individualizada. A disciplina também está relacionada com o surgimento de campos de saber como a pedagogia e a psiquiatria - falar em psicologia naquele período talvez seja anacrônico, mas é notável a relação entre o corpo teórico que se estabelece no período e aquilo que vai se aglutinar sobre o nome de psicologia posteriormente.

Não obstante, a biopolítica adota como alvo o ser vivo. Não o humano indivíduo, mas o humano espécie, como ente biológico (nascimentos, doenças, mortes): os indivíduos, os ambientes, as edificações, agentes não humanos, etc. se dessubstancializam e são vetorializados pelos especialistas em planos coletivos de ações possíveis a serem governados desde metas e estratégias específicas. Surge assim a ideia de população. Foucault (1982/1995), ao tratar do tema do poder, vai enfatizar a ideia de “ação sobre ações possíveis”. Isso se dá mediante a relação estreita que se estabelece entre as técnicas de segurança - relativas ao campo da biopolítica - e a noção de acontecimento. Ou seja, as ações do governo têm como intuito balizar o acontecimento (Lazzarato, 2006). Ao compreender a população como um campo de aleatórios possíveis, torna-se preciso manipular os limites dessas possibilidades, produzir tendências.

Desta forma, Lazzarato (2006) reitera, a partir da obra *Segurança, Território e População* (Foucault, 1978/2008), o quanto a questão do meio vai ganhar ênfase, em detrimento de ações voltadas diretamente sobre o corpo. Há uma nítida distinção entre o poder que atua sobre o corpo (disciplina) e o poder que atua “a distância” (biopolítica). Nesse sentido, “as técnicas da sociedade de controle não atuam diretamente sobre o indivíduo, como as disciplinas, senão sobre a ação do indivíduo” (Lazzarato, 2006, p. 11, tradução nossa). O autor segue seu raciocínio, enfatizando que o meio ambiente é o locus de ação por excelência das técnicas da biopolítica. Emerge uma concepção do meio não como estrutura, mas como campo de acontecimentos possíveis, campo esse que precisa ser agenciado através dos mais heterogêneos dispositivos e técnicas.

6 O que fazer com o que não somos?

Skinner, nos seus estudos sobre o comportamento, percebeu que o comportamento era determinado pelas contingências. Essa é uma conclusão que rompe com a perspectiva hegemônica do livre arbítrio e gera algumas consequências práticas. Se o ambiente é o espaço de produção do sujeito por excelência, esse ambiente pode ser manipulado (Skinner,

1971/1983). Quem manipula o ambiente? Com que interesses? Como fazer para não sermos manipulados? Além disso, quando viramos a atenção para o meio e destituímos o sujeito de uma essência, a própria ideia de responsabilidade e culpa (Baum, 2019), tão presentes na sociedade ocidental, parecem habitar o vácuo.

Foucault (2004/2008a), mesmo que por outro caminho, recai em uma perspectiva crítica à ideia de liberdade. Se não há sujeito constituinte, toda escolha é situada historicamente. Mais do que isso, as relações que o sujeito estabelece determinam inclusive as possibilidades de dizer. As próprias categorias da linguagem são determinadas, assim como nosso desejo. Se nosso desejo é produzido e não fruto de uma vontade interior essencial, então como podemos dizer que somos livres?

Partindo de pontos de vistas distintos e métodos de pesquisa mais distintos ainda, parece que ambos autores chegaram em uma encruzilhada. O que fazer frente às relações de poder, governo ou contingências que nos produzem? Como fazer outra coisa que não aquilo que fizeram de nós? Para essas perguntas, as respostas dos autores vão se distanciar substancialmente. Foucault inclusive, em dado momento, vai situar Skinner dentro de uma nova governamentalidade, pautada por uma lógica economicista da sociedade. Contudo, antes das divergências, parece ser interessante mencionar alguns pontos de contato.

Skinner (1971/1983) aponta para a discussão sobre a sensação de liberdade, a partir dos entendimentos de reforço e punição. Segundo o autor, as pessoas têm mais tendência a se sentirem livres quando expostas a ambientes reforçadores. Além disso, o oposto também é verdadeiro e parece ter sido evolutivamente benéfico, já que tendemos a ter reações aversivas em ambientes nos quais a coerção é utilizada (Skinner, 1971/1983). Desta forma, o autor conclui que o sentimento de liberdade não está atrelado a ausência de controle, mas sim a um ambiente em que o controle é feito, majoritariamente, por meio de reforçadores.

Esses comentários parecem se relacionar com a governamentalidade descrita por Foucault na Europa do século (da disciplina ao biopoder), onde há uma transição entre práticas mais coercitivas e físicas da disciplina para técnicas de governo que operam cada vez mais pela incitação do desejo. Se a vida humana em sociedade é um campo de acontecimentos, é preciso garantir que determinados acontecimentos - circunscritos aqui a condutas ou comportamentos - tenham a sua probabilidade de acontecer aumentada. Isso não se dá mais tanto pela proibição - apesar desta ainda existir nos códigos -, mas por tornar alguns comportamentos específicos mais vantajosos para o sujeito.

Skinner (1971/1983) ainda descreve o que ele chama de literatura da liberdade, a qual “tem se destinado a induzir as pessoas a escapar ou atacar os que procuram controlá-las aversivamente” (p. 27). O autor não reduz a relevância desse conjunto de obras, inclusive assume que ela “tem contribuído significativamente para a eliminação de muitas práticas aversivas no governo, na religião, na educação, na vida familiar e na produção de bens” (Skinner, 1971/1983, p. 29). Contudo, também reitera que os termos em que está descrita a ideia de liberdade, a partir de estados internos, ou a partir da sensação de liberdade, não são tão profícuos na construção de uma sociedade melhor - segundo os valores de Skinner.

Dentro da perspectiva da literatura da liberdade, Skinner (1971/1983) cita John Stuart Mill, referindo que o autor considerava liberdade como sendo “fazer o que se deseja” (p. 29). O behaviorista ainda pontua que, dentro dessa concepção de liberdade, incita-se o sujeito a romper com as instâncias ou agentes de controle, porém, depois de “libertos”, a literatura da liberdade nada tem a dizer sobre o que fazer, senão estar atento para que o controle não volte.

Considerar liberdade como ausência de controle aversivo perde de vista todo um campo de governo que é dado por outras formas, como bem pontua Foucault (1975/1999; 1979/2015; 1997/2005; 2004/2008b). Quando Foucault fala do caráter positivo do poder, ou seja, da ideia do poder produzindo coisas, incitando condutas, ensejando o desejo, ele também reitera como pensar o poder em termos de veto, da negação, não dá conta das questões que se apresentam historicamente.

No texto “O que é a crítica?”, Foucault (1990) apresenta uma perspectiva que visa complexificar a ideia de liberdade para além da ausência de governo ou restrições. O filósofo volta a apresentar suas produções sobre a arte de governar, porém pontua que, se por um lado, a questão central se tornou *como governar?*, surge também, em resposta a isso, a questão *como não ser governado?*. Contudo, Foucault pontua que, frente a impossibilidade de fugir do governo, há aqui uma distinção fundamental: não é dizer que não quer ser governado em absoluto, mas dizer que “não quer ser governado assim, por isso, em nomes desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não por isso, não por eles” (Foucault, 1990, p. 3).

Creio que seja impossível tocar nesse tema sem abordar, de modo mais ou menos simplificado, como a perspectiva liberal de sujeito e de governo se insere nesse debate. Foucault (2004/2008a) vai abordar um pouco mais essa relação a partir da ideia do homo

oeconomicus, definido por ele como sendo esse sujeito cunhado no bojo das prerrogativas da análise econômica, apresentada por Foucault como sendo a “avaliação de toda conduta racional” (p. 367), na qual é preciso fazer a “alocação ótima de recursos raros a fins alternativos” (p. 366). Desta forma, e a partir de autores como Mises e Becker, Foucault resume, como ele mesmo diz, de forma imperfeita e simplificada, o objeto da análise econômica como sendo o “conjunto de respostas sistemáticas de um indivíduo às variáveis do meio” (Foucault, 2004/2008a, p. 368), possibilitando a integração das mais variadas técnicas comportamentais.

É nesse contexto que Foucault identifica Skinner, como sendo um autor associado a esse espectro de produções intelectuais preocupadas com “a sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente” (Foucault, 2004/2008a, p. 368). A partir dessa definição, faz sentido pensar que as produções da análise do comportamento podem ser - e são - utilizadas das mais diversas formas nos governos e na publicidade.

Quando Foucault segue sua exposição sobre o homo oeconomicus, ele o define a partir da sua natureza iniciadora e ativa, como sendo aquele que “obedece ao seu interesse”. Os discursos liberais inclusive vão compreender que, sem a regulação do Estado ou de governos, as decisões racionais dos sujeitos, pautadas pelos seus interesses individuais, levariam a sociedade ao avanço coletivo. Contudo, essa é uma perspectiva de sujeito muitíssimo criticada por Skinner, cheia de explicações mentalistas e contendo uma defesa inocente da racionalidade. Como exposto anteriormente, Skinner não compreende que somos movidos pela razão. Inclusive reitera que dependendo da disposição das contingências, nossos desejos e aspirações podem nos levar a consequências desastrosas no futuro, como por exemplo o aquecimento global (Skinner, 1971/1983).

Foucault (2004/2008a) ainda destaca um paradoxo que circula o homo oeconomicus e o liberalismo. Ao mesmo tempo em que esse sujeito aparece como sendo aquele que não deve ser governado, ele também aparece como sujeito moldável a determinadas modificações do meio. Por isso a identificação que Foucault faz de Skinner com esse modelo. A análise do comportamento pode ser um instrumento de técnicas extremamente precisas de intervenção no ambiente - e conseqüentemente sobre os sujeitos. Portanto, do ponto de vista da otimização dos recursos para atingir um objetivo, Skinner se insere nessa lógica da análise econômica descrita por Foucault.

Não obstante, compreendo que há uma distinção fundamental entre Skinner e essa governamentalidade. Enquanto o liberalismo parece mascarar esse paradoxo, reiterando o discurso da liberdade enquanto opera na produção de subjetividade, Skinner (1948/1972) escancara esse mesmo paradoxo e busca soluções para que os sujeitos possam fazer parte da determinação de suas próprias regulações. O autor não perde de vista o rigor de seu método e a busca por resultados, mas visa formas de democratizá-las.

Sobre os projetos que surgem como resposta a encruzilhada do governo a partir do sujeito produzido, pode-se dizer que enquanto Skinner parte de um juízo acerca da sociedade/comportamento ideal para modelar o mundo nesta direção com um intuito de “improvement”, Foucault pretende fazer o caminho contrário, elaborando uma suspensão do juízo por meio da problematização das condições de possibilidade que servem de baliza para este juízo. Percebo que a grande questão aqui é justamente o fato de Skinner não parecer colocar em questão seus próprios juízos. Apesar de serem juízos razoáveis, como a preocupação com o aquecimento global, a fome, a desigualdade social, Skinner apresenta esses juízos enquanto espaços naturalizados. Tourinho (1996), aponta esse como sendo um dos elementos em que Skinner se afasta do pragmatismo. Mesmo que Skinner tome a instrumentalidade e a efetividade como critério de hierarquização do conhecimento e compreenda, assim, que o valor do conhecimento depende de seus objetivos, o autor parece naturalizar os objetivos que ele considera como mais adequados.

Sobre os juízos éticos, Foucault opera uma suspensão radical que o difere muito de Skinner. Paul Veyne (1985), ao abordar a posição ética de Foucault, comenta que, da mesma forma que Foucault nunca disse que suas posições eram aquelas corretas e boas, ele também nunca disse “as preferências de meus adversários são as falsas” (p. 6). Isso implica, sobretudo, a concepção de que “as razões pelas quais meus adversários pretendem que sua posição seja verdadeira, repousa genealógicamente sobre nada” (Veyne, 1985, p. 6). Desta forma, nota-se que o problema, para Foucault, não era a tomada de posições, mas as racionalizações utilizadas para justificar suas posições. Isso implica uma ruptura com toda sorte de produções que buscam fundamentar, seja na ciência ou na filosofia, posições políticas no mundo. Rajchman (1989) comenta a posição expressa por Foucault no prefácio da “História da Sexualidade II: o uso dos prazeres” (1984/2020b), em que o autor considera como “ridícula”, toda tentativa da filosofia de se colocar como “meta-disciplina que fixa as

fronteiras legítimas e que ministra a unidade de todas as outras disciplinas” (Rajchman, 1989, p. 3).

A partir dessa percepção, o autor vai elaborar um entendimento específico sobre o papel da filosofia que difere da histórica tarefa de tentar obter um chão sólido para situar as balizas do conhecimento. Foucault (1988) vai desenhar o trajeto histórico de uma “hermenêutica de si”, entendido por como um movimento de avaliação e confissão de do próprio sujeito. Tendo berço nos confessionários, essa é uma operação que é pulverizada para outras instituições, constituindo-se como parte central dos processos de subjetivação. Isso é relevante mediante o objetivo de Foucault de compreender as diferentes maneiras pelas quais nos tornamos sujeitos. Em consequência, a forma como elaboramos saberes sobre nós mesmos reitera sua relevância. Fazemos essa análise de nós a partir de determinadas categorias que nos antecedem, como a ciência e a religião, por exemplo, mas os saberes que podem nos descrever são múltiplos. Diversos campos de saber disputam essas narrativas possíveis que estabelecemos como verdade e que passam a funcionar como regras do jogo.

Desta forma, o papel da filosofia, ou do ethos filosófico, não é fazer juízo desses diferentes saberes e determinar qual o mais legítimo, tendo em vista a impossibilidade genealógica de fundamentar uma moral, mas é “fazer o diagnóstico dos atuais possíveis, e ao fazê-lo, erigir um mapa estratégico” (Veyne, 1985, p. 6). Entendo que essa definição de Veyne destaca bem a posição de Foucault: não é a questão de dizer qual direção tomar ou contra quem lutar, mas construir ferramentas de complexificação da realidade e que permitam enxergar os nós que nos amarram, as dobras sobre as quais nos tornamos sujeitos. O eu emerge como possibilidade estratégica (Veyne, 1985).

Como possibilidade filosófica de cartografar aquilo que nos rodeia e constitui, Foucault recorre a ideia de crítica (Foucault, 1990). A atitude crítica, para Foucault, apresenta-se como o antagonista da governamentalidade. Se, por um lado, a governamentalidade busca formas de sujeição, é papel da crítica promover o desassujeitamento. A tarefa da filosofia, pela crítica, seria a de “propiciar um tipo de relação do indivíduo consigo mesmo que rechace e denuncie a pressuposta universalidade de todo o fundamento” (Nascimento, s.d., p. 1). Frente a ausência de determinações últimas e universais, promover variabilidade, caos e ruptura. Romper com as possibilidades postas: frente ao mapa daquilo que somos, caminhar em direção ao vazio, ao espaço ainda não mapeado.

Foucault (1990), define seu conceito de crítica como sendo “a arte de não de tal forma governado” (p. 4), retomando a oposição à questão da governamentalização. Além disso, o autor aproxima seu conceito de crítica da noção kantiana de Aufklärung, compreendendo que a liberdade “não é uma possibilidade ética entre outras; é a possibilidade mesma da ética” (Rajchman, 1989, p. 8). Apesar disso, é possível reiterar um distanciamento entre Kant e Foucault. Como pontua Rajchman (1989), “para Foucault, esta liberdade não é supra-sensível, mas histórica. Não procede de uma república racional de sujeitos autônomos, mas procede de um questionamento incessante dos fatos históricos da identidade” (p. 8). Foucault (1990), acentua justamente como, ao longo da história, as racionalizações foram inclusive instrumento da acentuação das práticas de governo e de sujeição, não sendo, por si só, práticas libertadoras. Essa crítica talvez pudesse ser direcionada, também, para Skinner.

Foucault também destaca o papel da linguagem nesse processo. Na busca por compreender o que se pensa e como mudar o que se pensa, o autor reitera uma perspectiva em que “a experiência é possível pelas categorias e as categorias mudam, logo as possibilidades mudam, igualmente” (Rajchman, 1989, p. 8). Essa noção parece ter muita relação entre a forma como os sujeitos elaboram saberes sobre eles mesmos e as formas de sujeição. Há uma ênfase na ideia de que nos constituímos a partir de determinados saberes - independente da sua veracidade no sentido ontológico - e que a liberdade está na ampliação dessas possibilidades de entender e narrar a si próprio. A questão da crítica me parece, justamente, essa problematização sobre as formas pelas quais os saberes vão circunscrevendo os sujeitos em determinadas categorias ontológicas. Desta forma, a liberdade estaria num constante movimento de crítica sobre esses saberes que vão capturando a experiência. Se tudo se inscreve num limite, há sempre um limite a ser rompido; há sempre um vazio a ser inventado e habitado.

Segundo o próprio Foucault (1990),

se a governamentalização é mesmo esse movimento pelo qual se tratasse na realidade mesma de uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função a desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade. (p. 5)

Desta forma, se esta realidade é resultado de determinadas circunstâncias históricas que condicionam as condições de possibilidade, conseqüentemente, outras realidades são

possíveis, já que não há nada a-histórico ou transcendental. Portanto, é possível constatar que, tendo em vista a suspensão da possibilidade de constituir um código universal baseado na razão, abre-se um dilema: se tudo é possível, como mudar as coisas? Como decidir o que ser? Na busca por responder a essas perguntas, Foucault recorre aos gregos e aos romanos. Se “a ética é um modo de relacionamento do indivíduo consigo mesmo” (Nascimento, s.d., p. 2), então a questão que se coloca tem justamente a ver com o “como”. Desde a perspectiva da análise histórica do poder, Foucault estava preocupado com o “como”, com as minúcias, as técnicas e as estratégias que envolviam o exercício do poder, e não seria diferente quando o foco se vira para o sujeito. Pensar no como da relação do sujeito com o mundo e com ele próprio, sem se basear em premissas universais, permite ampliar o espectro do possível.

A noção de obra de arte vai conduzir Foucault a pensar na relação entre a ética e uma estética da existência. “Perguntar pelo como em relação à constituição do indivíduo como sujeito de suas ações supõe aceitar a variabilidade e a diversidade, pensar a ética como criação de e a partir da liberdade e pensar o sujeito como obra, obra de si mesmo, obra de arte.” (Nascimento, s.d., p. 2). Foucault (1984) vai buscar na antiguidade uma concepção de moral que não seja a da norma, mas a de tomar a própria vida como espaço de elaboração e investimento. Tendo em vista esse resgate da história greco-romana, há a proposta de “basear a moral na escolha pessoal do indivíduo, entender o sujeito como forma, que cada um deve elaborar, trabalhar e constituir segundo critérios de estilo e através de tecnologias” (Nascimento, s.d., p. 2-3). A crítica permite vislumbrar as linhas que nos constituem, mas não diz nada sobre o que fazer com essas linhas. É possível compreender as técnicas de governo, os jogos de poder que nos atravessam, mas não há valoração sobre seus resultados. Contudo, compreende-se que a escolha só pode existir mediante essa possibilidade de visualização. Só é possível escolher o que seremos se nos entendermos como processo incessante de produção. De certa forma, tudo isso retorna ao movimento de negação do sujeito constituinte que Foucault (1984) opera.

Contudo, partindo de uma perspectiva similar, Skinner parece percorrer um caminho distinto no que diz respeito às propostas para a sociedade. As perspectivas de Skinner sobre sociedade, ciência e ética estão espalhadas ao longo de seus escritos, mas é possível dizer que suas principais contribuições sobre o tema estão condensadas em duas obras: “Walden II” (1948/1972) e “O mito da liberdade” (1971/1983).

Como comentado anteriormente, Skinner parece preocupado com a explicitação das relações de controle e com a criação de mecanismos que ampliem o contra-controle. A ideia de contracontrole é pertinente, pois implica que “independente de quão assimétrica seja a relação, contanto que o controlador deseje algo do controlado, o controlado pode ameaçar sonegá-lo” (Baum, 2019, p. 206). Além disso, Skinner (1971/1983) apresenta uma preocupação na compreensão de fenômenos sociais a partir de conceitos da análise do comportamento. Isso implica, por exemplo, tentar compreender como determinados arranjos de reforço ou punição criam sociedades mais ou menos felizes, com mais ou menos sensação de liberdade. Ou ainda, pensar como a contiguidade dos reforçadores faz com que nos engajamos em comportamentos que são prejudiciais a longo prazo.

Se opondo a ideia tradicional de liberdade, mesmo que por outros modos, Skinner parece chegar à mesma conclusão que Foucault: não há vácuo de poder. Não há sujeito a priori e nem desejo que não seja resultado de uma história. Toda decisão, todo desejo está circunscrito às contingências, nunca a um livre-arbítrio. A proposta de Skinner, portanto, é a de utilizar os conhecimentos da ciência do comportamento para solucionar os problemas da nossa sociedade.

Contudo, como exposto anteriormente, aqui parece haver um deslize de Skinner, ou talvez um ponto cego. Frente a boa vontade de suas intenções, Skinner (1971/1983) parece considerar que há um caminho a ser seguido, um caminho de melhora da sociedade, mesmo que essa perspectiva de “bom” também seja situada num histórico de contingências. Vários artifícios propostos pelo autor em *Walden II* (1948) parecem tentar evitar justamente o abuso das tecnologias comportamentais para “maus usos”. Mas o que seriam bons usos? Essa é uma questão central que distingue os autores. Mesmo que acabar com a fome, reduzir as desigualdades ou salvar o planeta do aquecimento global pareçam pautas legítimas, Foucault diria que estas repousam genealógicamente sobre nada (Veyne, 1985). Como não há ética universal, para Foucault, então talvez não deva existir a possibilidade de governo nesse nível.

Por fim, há um aspecto interessante na proposta de Skinner em *Walden II*. A ideia de uma sociedade em experimentação (Baum, 2019), ao invés de uma sociedade experimental, parece destoar da noção de planificação que se adere ao pensamento de Skinner. A ideia não parece tanto a produção de uma norma a ser seguida *ad eternum*, mas da criação de mecanismos que permitam aos sujeitos, em coletivo, determinar aquilo que vai determiná-los. Porém, essa possibilidade necessita que haja abertura para a produção de variabilidade

comportamental. A variação do comportamento precisa ser reforçada e garantida dentro da perspectiva de Skinner. O behaviorista “propôs que, em vez de nos agarrarmos a velhas práticas, deveríamos estar constantemente testando novos modelos para ver se funcionam melhor e deveríamos fazer da experimentação uma prática de nossa cultura” (Baum, 2019, p. 274). Não obstante, essa perspectiva esbarra, mais uma vez, nos critérios que delimitam os juízos sobre as práticas: quais critérios serão usados para avaliar os modelos? Apesar disso, pensar numa sociedade em constante experimentação, mas sem ter necessariamente um objetivo maior, parece aproximar-se da noção de crítica de Foucault. Na perspectiva do behaviorismo radical, só é possível mudar se mudarmos nossas contingências, mas para isso é preciso, primeiro, compreender como nós, bem como nossas vontades, desejos e cognições são produzidas num ambiente específico.

Conclusão

Há uma compreensão final de que tanto Skinner quanto Foucault figuram como oposição a perspectivas psicológicas que dão ênfase ao sujeito interiorizado e a descrições de suas características individuais manifestas. De certa forma, por caminhos distintos, os autores corroboram uma proposta de psicologia que vai estar preocupada não em analisar os traços individuais, mas sim em pensar como determinados arranjos ambientais estão relacionados àquilo tido como subjetivo. Nesse sentido, parece que esta é uma visão necessariamente política da psicologia, pois desnaturaliza aquilo que somos, ao mesmo tempo em que reitera a possibilidade de outras formas de existência. O subjetivo torna-se da ordem do coletivo. Nem mesmo a ideia de desejo, performada como manifestação última da vontade individual deixa de ser colocada em análise. Para Skinner, a vontade é um termo mentalista que descreve propensão ao comportamento anteriormente reforçado. Foucault, como exposto ao longo deste trabalho, demonstra, em diversos pontos de sua obra, como nosso desejo é objeto de governo e, portanto, não é uma manifestação individual, senão coletiva.

Sobre a noção de sujeito, soa pelo menos razoável considerar que os autores se aproximam. Os conceitos utilizados são distintos e o próprio foco de análise é outro, contudo, pode-se dizer que ambos trabalham com noções de sujeitos sem essência, construídos nas relações que constituem e em permanente mudança. Skinner ainda trabalha com noções de genética e evolução, porém, não recai em determinismos nesse sentido. O autor admite tendências genéticas, mas isso não sobrepõe a importância do ambiente. Para Skinner, somos

organismos que, pela história evolutiva, ganhamos a habilidade de nos adaptarmos às contingências de curto prazo, isto é, dito de outra forma, ser modificado pela interação com o ambiente. Foucault, por outro lado, entende os aspectos biológicos como uma inteligibilização possível do corpo, mirando seu olhar para as técnicas de governo com as quais esses corpos se relacionam. Por fim, em ambos os casos, os autores estão propondo que a análise não seja restrita ao indivíduo, mas que evidencie que o que o sujeito manifesta (pensamentos, comportamentos, desejos, disposições) é resultado de uma história específica.

Por outro lado, sobre a forma de analisar essa história específica, os autores vão divergir muito. Quando pensamos pelo pragmatismo, Tourinho (1996) situa dois momentos: I) no primeiro, do século XIX e XX, a ideia de funcionalidade das descrições ganha força, reiterando uma perspectiva de operação sobre a realidade; e II) num segundo momento, a partir do século XX, surge uma ênfase no relativismo linguístico e cultural como aspectos inerentes a qualquer sistema de verdade.

Podemos situar Skinner no primeiro momento do pragmatismo. Os próprios conceitos centrais pelos quais a análise do comportamento opera são descrições funcionais: descrevem relações, não topografias e nem estruturas. Um comportamento é tudo aquilo que um organismo vivo faz. Reforço e punição não são coisas, mas uma relação que se estabelece entre dois estímulos. Desta forma, Skinner persegue, através do pragmatismo, uma noção de verdade que busque intervir, de forma eficiente, sobre a realidade. Contudo, como pontua Tourinho (1996), o autor com frequência perde de vista que seus próprios pressupostos são histórica e culturalmente situados, levando-o, às vezes, a uma naturalização do seu campo de análise que o aproxima de perspectivas representacionistas.

Foucault parece abarcar com tranquilidade o segundo momento do pragmatismo, apresentando uma perspectiva de verdade já bem diferente de Skinner. Ambos assumem que a verdade é, em última análise, aquilo que opera sobre a realidade, uma vez que toda descrição dessa realidade é um produto da linguagem. Portanto, Foucault apresenta uma postura de desnaturalização mais radical e inclui a própria ciência como um campo de verdades em disputa, enquanto Skinner faz uso de noções como “saberes científicos” e “pré-científicos”, utilizando seus pressupostos de controle e previsão como critérios de avaliação dos saberes. Desta forma, sobre a questão epistemológica, apesar do pragmatismo comum em alguns pontos, os autores afastam-se e discordam em relação ao papel da ciência numa sociedade e

sobre a própria força de produzir conhecimento. Isso vai, necessariamente, aparecer na forma como Skinner e Foucault avaliam questões éticas.

Skinner conduz sua resposta aos problemas sociais tendo em vista seu juízo sobre o papel da ciência. O autor, centralizando a ideia de controle e previsão, pensa propostas de “melhoria” da sociedade. De fato, seus objetivos não são mal intencionados: redução das desigualdades e evitar o aquecimento global são alguns desses exemplos. Mesmo que pareçam objetivos razoáveis, a perspectiva de melhoria ainda implica um juízo de valor a priori que não é analisado como tal pelo autor. Quando pensamos na utilização de tecnologias, seja elas quais forem, é preciso analisar o objetivo. E os objetivos são, sempre, espaço de disputa política. A possibilidade da utilização de tecnologias comportamentais de alta precisão assusta e parece ameaçar nossa ideia ocidental de liberdade. Esse parece ter sido o grande ponto da crítica à análise do comportamento. Contudo, técnicas de governo que poderiam muito bem ser descritas em termos comportamentais, estão o tempo todo agenciando formas de viver específicas. Skinner parece apenas querer expor como somos governados e criar mecanismos de democratização desse saber. Sua proposta de resposta passa, em boa medida, pela coletivização de um saber específico. Talvez sua perspectiva de que o saber produzido pelos analistas do comportamento era superior a outros tipos de saberes (pré-científicos) fosse seu grande equívoco e sua grande fuga do pragmatismo.

Por outro lado, Foucault compõe sua resposta ao governo por um movimento que também é, necessariamente, coletivo, já que a subjetividade é, em sua perspectiva, um elemento coletivo, mas que passa por um exercício ético do próprio sujeito. A possibilidade de composição de si, de elaboração de uma forma específica de viver ao seu modo, como uma arte. A ideia de arte, nesse caso, parece reiterar a noção de que não há valores a priori. Não há juízos sobre as formas de viver. Essa é uma grande diferença entre os autores. Como exposto anteriormente no texto, Foucault demonstra tamanha radicalidade nesse aspecto que não trata suas posições como superiores ou melhor justificadas do que as de seus adversários políticos. Ambas posições, para Foucault, são apenas posições possíveis. Não há, nessa linha de pensamento, sustentação que justifique a superioridade de uma sobre a outra. Mas isso não abdica das disputas, apenas expõe que nossa posição repousa sobre nada, tal qual as outras. Emerge disso uma perspectiva específica de liberdade, no sentido em que há uma constante modificação das posições possíveis.

Por último, fica evidente as limitações dessas aproximações desde as obras dos autores. Mesmo assim, compreendo que o movimento de experimentação é algo que une as duas perspectivas. De formas distintas, Foucault e Skinner vão defender a possibilidade de inventar novas formas de viver. Como visto anteriormente, os métodos e as formas de pensar nessas utopias são muito diferentes, mas coincidem na ideia de que, como não há uma estrutura fixa e unívoca que determina os fenômenos humanos, podemos construir o mundo que quisermos. Para isso, entendo como interessante o exercício de produzir pontes em lugares aparentemente inóspitos. Habitar os paradoxos e ver o que surge. Exercitar a experimentação.

Tendo isso em vista, as críticas de Foucault e do campo da filosofia da diferença à ciência são fundamentais no sentido de colocar em questão nossos pressupostos e as racionalizações que legitimam determinadas perspectivas de saber. Assumir pontos de partida e compreender a constituição desses lugares, juntamente com os efeitos que essas práticas de saber produzem, é parte essencial para uma produção científica que não reitere violências e normatizações. Isto é, estar atento às relações entre poder, saber e sujeito. E sobre essas relações, pode-se pensar no behaviorismo e na análise do comportamento como elementos de crítica e de inteligibilização dessas mesmas relações de governo descritas nas obras de Foucault. A psicologia é um campo de saber com uma longa história relacionada a produção de técnicas de correção daqueles que fogem à norma. Pensar o futuro da psicologia, dentro das perspectivas dos autores, parece confluir para a tentativa de permitir a multiplicação das formas de viver.

Referências

- Araujo, S. de F. (2009). Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. *Scientiae Studia*, 7(2), 209–220. <https://www.scielo.br/j/ss/a/YpGvJRjbDNyJzzrkS7wN8jp/?format=pdf&lang=pt>.
- Baum, W. (2019). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução* (D. Bueno, Trad.; 3ª ed.). Artmed.
- Cardoso Filho, C. A. (2016). A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. *Fractal Revista de Psicologia*, 28(2), 242–251 <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1458>.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: crítica e metacrítica* (2ª ed.). Editora UNESP.
- Corr, P. J., & Perkins A. M. (2006). The role of theory in the psychophysiology of personality: from Ivan Pavlov to Jeffrey Gray. *International Journal of Psychophysiology*, 62(3), 367–76. <https://doi.org/10.1016/j.ijpsycho.2006.01.005>.
- Costa, L. A., & Fonseca, T. M. G. (2008). Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade. *Interamerican Journal of Psychology*, 42(3), 513–519. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300011&lng=pt&tlng=pt.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault* (C. S. Martins, Trad.). Editora Brasiliense. (Obra original publicada em 1986)
- Fabbrichesi, R. (2015). O pragmatismo do Foucault tardio. *Cognitio: Revista De Filosofia*, 16(2), 259–272. <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/27764>.
- Ferreira, A. A. L., & Gutman, G. (2005). O funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Org.), *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 121–140). Nau Editora.
- Figueiredo, L. C. M. (2008). *Matrizes do pensamento psicológico* (14ª ed.). Editora Vozes.
- Foucault, M. (1984, Julho 15-16). Uma estética da existência. [Une esthétique de l'existence: entretien avec A. Fontana]. (W. F. Nascimento, Trad.). *Le Monde*. <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/estetica.pdf>.
- Foucault, M. (1988). As técnicas de si. [Technologies of the self] (K. Neves & W. F. Nascimento, Trad.). In P. H. Hutton, H. Gutman & L. H. Martin (Org.), *Technologies of the self: a seminar with Michel Foucault* (pp. 16–49). The University of

Massachusetts

Press.

<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/tecnicas.pdf>.

Foucault, M. (1990). O que é a crítica? Crítica e Aufklärung. [Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung] (G. L. Borges, Trad.). *Bulletin de la Société française de philosophie*, 82(2), 35–63.

<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf>.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In P. Rabinow & H. Dreyfus (Org.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. P. Carrero, Trad.; pp. 231–249). Forense Universitária. (Obra original publicada em 1982)

Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (R. Ramalhete, Trad.; 20ª ed.). Editora Vozes. (Obra original publicada em 1975)

Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975–1976)* (M. E. Galvão, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1997)

Foucault, M. (2008a). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978–1979)* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 2004)

Foucault, M. (2008b). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977–1978)* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 2004)

Foucault, M. (2014). *Do governo dos vivos: curso dado no Collège de France (1979–1980)* (N. Avelino, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 2009)

Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder* (R. Machado, Org.; 3ª ed.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1979)

Foucault, M. (2019). *História da loucura na idade clássica* (J. T. Coelho Netto, Trad.; 12ª ed.). Perspectiva. (Obra original publicada em 1972)

Foucault, M. (2020a). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.; 10ª ed.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1976)

Foucault, M. (2020b). *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.; 8ª ed.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1984)

Gewirtz, J. L. (2001). J. B. Watson's approach to learning: Why Pavlov? Why not Thorndike?. *Behavioral Development Bulletin*, 10(1), 23–25. <https://doi.org/10.1037/h0100478>.

- Gongora, M. A. N., Mayer, P. C. M., & Mota, C. M. S. (2009). Construção terminológica e conceitual do controle aversivo: período Thorndike-Skinner e algumas divergências remanescentes. *Temas em Psicologia*, 17(1), 209–224. <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751433017.pdf>.
- James, W. (1983). *The principles of psychology*. Harvard University Press. (Obra original publicada em 1890)
- Kinouchi, R. R. (2007). Notas introdutórias ao pragmatismo clássico. *Scientiae Studia*, 5(2), 214–226. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000200005>.
- Lazzarato, M. (2006). *Políticas del acontecimiento*. Tinta Limón.
- Nascimento, W. F. (s.d.). Nos rastros de Foucault: ética e subjetivação. Espaço Michel Foucault. <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art01.pdf>.
- Rajchman, J. (1989, Janeiro 9–11). *Foucault: a ética e a obra*. [Foucault: l'éthique et l'œuvre]. (W. F. Nascimento, Trad.). Michel Foucault philosophe: rencontre internationale, Seuil, Paris. <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art02.pdf>.
- Skinner, B. F. (1972). *Walden II: uma sociedade do futuro* (R. Moreno & N. R. Saraiva, Trad.). Herder. (Obra original publicada em 1948)
- Skinner, B. F. (1983). *O Mito da liberdade* (E. R. B. Rebelo, Trad.; 3ª ed). Summus Editorial. (Obra original publicada em 1971)
- Skinner, B. F. (2002). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.; 7ª ed.). Editora Cultrix. (Obra original publicada em 1974)
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trad.; 11ª ed.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1953)
- Skinner, B. F. (2007). Seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 129–137. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v9n1/v9n1a10.pdf>. (Obra original publicada em 1981)
- Tourinho, E. Z. (1996). Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. *Temas em Psicologia*, 4(2), 41–56. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Vargas, E. A. (2007). O Comportamento Verbal de B. F. Skinner: uma introdução. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(2), 153–174.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000200002&lng=pt&tlng=pt.

- Veyne, P. (1985). O último Foucault e sua moral. [Le dernier Foucault et sa morale]. (W. F. Nascimento, Trad.). *Critique, Paris, XLII*(471–472), 933-941. <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art10.pdf>.
- Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review, 20*(2), 158–177. <https://doi.org/10.1037/h0074428>.
- Zilio, D. (2016). Who, what, and when: Skinner's critiques of neuroscience and his main targets. *Behav Anal, 39*(2), 197–218. <https://doi.org/10.1007%2Fs40614-016-0053-x>.
- Zilio, D., & Carrara, K. (2010). Mentalismo e explicação do comportamento: aspectos da crítica behaviorista radical à ciência cognitiva. *Acta Comportamentalia: Revista Latina De Análisis Del Comportamiento, 16*(3). Recuperado a partir de <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/18121>